

O Bolsa Família e a Oferta de Trabalho das Famílias

por Alan de Brauw, Daniel O. Gilligan, John Hoddinott e Shalini Roy, International Food Policy Research Institute

Uma preocupação comum acerca dos programas de transferência de renda é de que eles podem gerar desincentivos para o trabalho. Ao elevar a renda, os recursos transferidos podem incentivar as famílias a desfrutar de mais tempo de lazer (não trabalho) e reduzir sua participação na força de trabalho ou seu número de horas trabalhadas, mesmo as famílias pobres. Evidências de estudos de avaliação de programas de transferência condicionada de renda sugerem que essas preocupações são exageradas – a maioria dos estudos não encontra efeitos de desincentivo – no máximo, há reduções modestas na oferta de trabalho (FISZBEIN; SCHADY, 2009). No entanto, foi dada atenção menor ao efeito dos programas de proteção social sobre outras formas de realocação de trabalho. Em particular, programas segmentados e com critérios de elegibilidade em função dos rendimentos do trabalho no setor formal podem incentivar as famílias perto do limiar de elegibilidade a realocar seu trabalho ao setor informal, para garantir a sua elegibilidade. Se este comportamento existe, ele pode vir a ter consequências inesperadas sobre os rendimentos potenciais dessas famílias, bem como sobre o crescimento econômico.

Em um artigo recente de De Brauw et al. (2013), estimamos o impacto do programa de transferência de renda Bolsa Família, do Brasil, em várias dimensões da oferta de trabalho da família, incluindo a participação na força de trabalho e o número de horas trabalhadas, desagregando o tempo de trabalho dedicado aos setores formal e informal. A elegibilidade ao Bolsa Família tem base na renda autodeclarada no momento em que o beneficiário se candidata ao Programa. O governo verifica esta informação fazendo uma comparação com uma base de dados de rendimentos do setor formal. As famílias com renda perto do limite podem dedicar horas adicionais de trabalho ao setor informal em vez do setor formal, visto que o trabalho adicional no setor formal pode pôr em risco sua elegibilidade para o Programa. Uma vez que o emprego formal oferece salários mais altos, em média, que o emprego informal, as famílias podem desconsiderar propostas de empregos formais para manter a sua elegibilidade ao Bolsa Família. De acordo com nossos dados, a disparidade entre os salários formais e informais é maior nas áreas rurais que nas áreas urbanas, criando incentivos ainda maiores para a realocação de trabalho. Portanto, desagregamos as estimativas de impacto sobre a alocação setorial de trabalho por localização urbana e rural.

Usamos dados longitudinais da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família (AIBF), coletados em 2005 e em 2009. A amostra inclui famílias em áreas urbanas e rurais. A pesquisa inclui perguntas dirigidas a indivíduos, que nos permitem classificar o trabalho como pertencendo ao setor formal ou informal. Para levar em conta a inserção não aleatória de famílias pobres no Programa, usamos a ponderação por escore de propensão na construção de um grupo de comparação estatística para os beneficiários do Bolsa Família (HIRANO, IMBENS; RIDDER, 2003).

No agregado, não encontramos impactos expressivos do Bolsa Família sobre a participação de indivíduos na força de trabalho ou sobre o número de horas de trabalho oferecidas pela família. No entanto, em áreas rurais, constatamos que o PBF causou uma pequena – mas significativa – diminuição da proporção de mulheres que trabalham atualmente (cerca de 13 pontos percentuais), o que corresponde às mulheres que abandonam o mercado de trabalho. Enquanto isso, para compensar, os homens em regiões rurais aumentaram ligeiramente suas horas semanais de trabalho, de tal forma que o total de horas das famílias rurais manteve-se inalterado. Constatamos, também, uma grande mudança, altamente significativa, nas horas de trabalho da família, que se

esvaíram do setor formal (diminuição de cerca de 8 horas por semana, por membro da família) em direção ao setor informal (aumento de cerca de 8 horas por semana por membro da família). Esta mudança é impulsionada por famílias urbanas, em que o diferencial de salários entre o setor formal para o informal é menor que em áreas rurais. Nas áreas rurais, não observamos mudança setorial semelhante.

Estes resultados têm implicações interessantes. Embora encontremos poucas evidências das consequências negativas que, muitas vezes, são discutidas no contexto de programas de transferência de renda – a dependência do programa, por meio da redução da quantidade geral de trabalho – encontramos formas diferentes e mais sutis de potencial dependência. Se o programa incentiva as famílias urbanas a mudar do trabalho formal para o trabalho informal, estas famílias podem abrir mão de trabalho mais estável, com melhor proteção dos funcionários, melhores benefícios e retornos mais elevados decorrentes da longevidade profissional. O efeito é o seguinte: embora as famílias urbanas beneficiárias não reduzam a força de trabalho total que fornecem, elas podem se tornar mais vulneráveis, enquanto trabalhadores, caso deixem de receber o benefício do Programa. Ao mesmo tempo, se o Programa incentiva as mulheres nas zonas rurais a abandonar a força de trabalho, as mulheres rurais podem tornar-se menos autossuficientes. Mesmo que os homens em zonas rurais compensem esta situação aumentando suas horas de trabalho de tal forma que as horas totais de trabalho doméstico não sejam afetadas, a autonomia das mulheres rurais pode ser afetada adversamente.

Referências:

- DE BRAUW, A.; GILLIGAN, D. O.; HODDINOTT, J.; ROY, S. "Bolsa Família and Household Labor Supply", *Working Paper*. Washington, D. C.: International Food Policy Research Institute, 2013.
- FISZBEIN, A.; SCHADY, N. *Conditional cash transfers: Reducing present and future poverty*. Washington, D. C.: World Bank, 2009.
- HIRANO, K.; IMBENS, G.; RIDDER, G. "Efficient Estimation of Average Treatment Effects Using the Estimated Propensity Score", *Econometrica*, v. 71, n. 4, p. 1161-1189, 2003